

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

460901 – Fundação de Previdência Social do Estado do Ceará – CEARÁ

Referência: Dezembro

Exercício 2023

A Fundação de Previdência Social do Estado do Ceará, inscrita sob o CNPJ nº 35.853.012/0001-43, tem como principal atividade econômica a Administração Pública em Geral, portanto sua natureza jurídica é identificada pelo código e descrição 114-7 – Fundação Pública de Direito Público Estadual ou do Distrito Federal e tem sua sede localizada na Rua Vinte e Cinco de Março, 300 no Centro da cidade de Fortaleza sob o CEP nº 60.060-120.

A atual gestão estadual iniciou o ciclo do período com o propósito de alcançar as metas que visam o atendimento às exigências das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público conforme prazos estabelecidos. Desta forma, para o Exercício de 2023, os trabalhos continuarão intensificados para dar continuidade a implantação das Normas Brasileiras de Contabilidade Pública a fim de preparar Sistemas e dar outras providências constantes no Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais conforme Portaria STN nº 548, de 24 de setembro de 2015.

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis e contém informações relevantes, complementares ou suplementares àquelas não suficientemente evidenciadas ou não constantes das demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis consolidadas foram elaboradas com base nos dados extraídos do Sistema de Gestão Governamental por Resultados – S2GPR, contemplando os atos e fatos ocorridos no âmbito da Administração Pública Estadual, sendo o mesmo administrado pela Secretaria da Fazenda do Estado do Ceará – SEFAZ, enquanto responsável pelo gerenciamento do Sistema Contábil-Patrimonial dos Órgãos e Entidades da Administração Estadual.

Em atendimento à Lei de Responsabilidade Fiscal, as demonstrações contábeis foram apresentadas com o objetivo de evidenciar a real situação

orçamentária, financeira, patrimonial da Fundação de Previdência Social do Estado do Ceará - CEARAPREV.

As demonstrações contábeis a seguir foram elaboradas de acordo com as orientações da Parte V – Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público, do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, 7ª edição, aprovado pela Portaria STN nº 840, de 21 de dezembro de 2016, republicada em 06 de junho de 2017, que observa os dispositivos legais que regulam o assunto como a Lei nº 4.320/64, a Lei Complementar nº 101/2000 e, também, as disposições do Conselho Federal de Contabilidade relativas aos Princípios de Contabilidade, assim como as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público – NBCT SP e suas alterações.

Os demonstrativos a seguir podem evidenciar, além dos critérios técnicos, o esforço da Gestão Estadual objetivando a Melhoria da Qualidade de Vida e Justiça Social e Crescimento Sustentável.

1. BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

São apresentadas as receitas e despesas previstas em confronto com as realizadas. As receitas e despesas são apresentadas conforme a classificação por natureza. No caso da despesa, a classificação funcional também é utilizada complementarmente à classificação por natureza.

Ainda no Quadro Principal, as receitas são informadas pelos valores líquidos das respectivas deduções, tais como restituições, descontos, retificações, deduções e repartições de receita tributária entre os entes da Federação, quando registradas como dedução.

1.2) Receitas Orçamentárias

O Balanço Orçamentário evidencia as receitas orçamentárias detalhadas em níveis relevantes de análise, confrontando o orçamento inicial e as suas

alterações com a execução, demonstrando o resultado orçamentário, conforme NBC T 16.6 (Resolução CFC nº 1.133/2008).

O Balanço Orçamentário é estruturado de forma a evidenciar a integração entre o planejamento e a execução orçamentária, e o seu formato está de acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor público, 10ª EDIÇÃO.

Durante o período de gestão do exercício financeiro de 2023, as **Receitas Realizadas** realizadas atingiram a cifra de **R\$ 40.650,079,88** (quarenta milhões, seiscentos e cinquenta mil, setenta e nove reais e oitenta e oito centavos) compostas por “Receita Patrimonial” **R\$ 12.500.706,62** (doze milhões, quinhentos mil, setecentos e seis reais e sessenta e dois centavos) e “Receitas de Contribuições” **R\$ 4.250.053,42** (quatro milhões, duzentos e cinquenta mil e cinquenta e três reais e quarenta e dois centavos), Receitas de serviço **R\$ 23.899.319,84** (vinte e três milhões, oitocentos e noventa e nove mil e trezentos e dezanove reais e oitenta e quatro centavos).

O saldo das receitas resultou no montante de **R\$ 11.508.235,88** (onze milhões e quinhentos e oito mil e duzentos e trinta e cinco reais e oitenta e oito centavos) no qual é composto pelos saldos das “Receitas de Contribuição”, “Patrimonial” e “Receita de Serviços” oriundas de compensação financeira.

Houve um superávit proveniente de saldos de exercícios anteriores no valor de **R\$ 510.000,00** (quinhentos e dez mil reais).

Despesa Orçamentárias

As despesas orçamentárias, resultantes de autorização legislativa prevista na Lei Orçamentária Anual para o exercício financeiro de 202, seguem o regime contábil da competência e a respectiva execução orçamentária prevista no Capítulo III da Lei Federal nº 4.320/64, sendo consideradas realizadas quando do seu empenho (art. 35 da Lei Federal nº 4.320/64) para efeito orçamentário, e quando da sua liquidação para efeito contábil.

As despesas orçamentárias, resultantes de autorização legislativa prevista

na Lei Orçamentária Anual para o exercício financeiro de 2020, seguem o regime contábil da competência e a respectiva execução orçamentária prevista no Capítulo III da Lei Federal nº 4.320/64, sendo consideradas realizadas quando do seu empenho (art. 35 da Lei Federal nº 4.320/64) para efeito orçamentário, e quando da sua liquidação para efeito contábil.

As despesas estão listadas pelos seus valores empenhados **R\$ 26.027.608,56** (vinte e seis milhões, vinte e sete mil e seiscentos e oito reais e cinquenta e seis centavos) liquidados **R\$ 24.919.969,94** (vinte e quatro milhões e novecentos e dezanove mil e novecentos e sessenta e nove reais e noventa e quatro centavos) e pagos **R\$ 24.902.255,06** (vinte e quatro milhões e novecentos e dois mil e duzentos e cinquenta e cinco reais e seis centavos) no exercício, além de apresentar sua Dotação Inicial **R\$ 31.588.192,00** (trinta e um milhões e quinhentos e oitenta e oito mil e cento e noventa e dois reais) Dotação Atualizada **32.348.192,00** (trinta e dois milhões, trezentos e quarenta e oito mil e cento e noventa e dois reais) e o respectivo Saldo das Despesas no valor de **R\$ 6.320.583,44** (seis milhões, trezentos e vinte mil e quinhentos e oitenta e três reais e quarenta e quatro centavos)

Evidenciou-se o nível de execução orçamentária apresentou-se em 80,46% quando confrontado com a **Despesa Empenhada** de **R\$ 26.027.608,56** (vinte e seis milhões e vinte e sete mil e seiscentos e oito reais e cinquenta e seis centavos) e a **Dotação Atualizada** de **R\$ 32.348.192,00** (trinta e dois milhões e trezentos e quarenta e oito mil e cento e noventa e dois reais).

O saldo resultante do **confronto entre a Dotação Atualizada e da Despesa Empenhada**, resultou no montante de **R\$ 6.320.583,44** (seis milhões e trezentos e vinte mil e quinhentos e oitenta e três reais e quarenta e quatro centavos) no qual é composto pelos saldos das “Pessoal Encargos Sociais”, “Outras Despesas Correntes”, “Investimentos”.

Superávit (XIII):

Houve um valor remanescente de - **R\$ 14.622.471,32** (quatorze milhões, seiscentos e vinte e dois mil e quatrocentos e setenta e um reais e trinta e dois centavos)

2. BALANÇO FINANCEIRO

O Balanço Financeiro evidencia as receitas e despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndio extraorçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte e foi elaborado de acordo com as instruções da IPC 06 e com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor público, 6ª EDIÇÃO e de conforme ao NBC T 16.6 (Resolução CFC nº 1.133/2008).

Assim, o Balanço Financeiro contempla duas seções: Ingressos (Receitas Orçamentárias e Recebimentos extraorçamentários) e Dispêndios (Despesa Orçamentária e Pagamentos Extraorçamentários), que se equilibram com a inclusão do saldo em espécie do exercício anterior na coluna dos ingressos e o saldo em espécie para o exercício seguinte na coluna dos dispêndios.

Conforme as regras do MCASP, as informações são apresentadas por fonte/destinação de recursos, segregando em destinações ordinárias e vinculadas.

O detalhamento das vinculações é feito de acordo com as principais áreas de atuação do setor público.

O Balanço Financeiro está de acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor público, 6ª EDIÇÃO e de conforme ao NBC T 16.6 (Resolução CFC nº 1.133/2008).

O Balanço Financeiro evidencia a movimentação financeira das entidades do setor público no período a que se refere, e discrimina:

1. a receita orçamentária realizada por destinação de recurso (destinação vinculada e/ou destinação ordinária);

2. a despesa orçamentária executada por destinação de recurso (destinação vinculada e/ou destinação ordinária);
3. os recebimentos e os pagamentos extraorçamentários;
4. as transferências financeiras decorrentes, ou não, da execução orçamentária; e
5. o saldo inicial e o saldo final em espécie.

No Balanço Financeiro, as receitas e despesas orçamentárias estão elencadas por fonte de recursos.

As despesas foram reconhecidas de acordo com o seu empenhamento, ou seja, antes mesmo do fato gerador da despesa ter ocorrido, conforme art. 60 da Lei Federal nº 4.320/64, de forma que as despesas empenhadas e não pagas, reconhecidas como empenhada a pagar, são acrescidas do lado dos "Ingressos", conforme parágrafo único do art. 103 da Lei Federal nº 4.320/64. O processamento das despesas ocorreu adotando o Regime de Competência.

As transferências financeiras são resultantes de devoluções de transferências concedidas as demais unidades orçamentárias.

As contas listadas como Recebimentos Extra-orçamentários são todas aquelas cujos valores transitaram positivamente em contas do sistema financeiro.

Consideram-se ainda os valores registrados com empenhados a pagar, que por força do parágrafo único do artigo 103 da Lei Federal 4.320/64 compõem esse grupo para fazer contrapartida aos valores empenhados na despesa orçamentária e não pagos.

As contas listadas no grupo de recebimentos/pagamentos extraorçamentários são evidenciadas os valores que não precisam se submeter ao processo de execução orçamentária, como os restos a pagar, depósitos de diversas origens, consignações.

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS (I)

A receita orçamentária vinculada de R\$ 40.650.079,88 compõe-se da seguinte forma:

R\$ 23.899.319,84 relativo a receita com taxas de administração;

R\$ 4.250.053,42 relativo à recurso de compensação ativa indevidamente reconhecidos como receita orçamentária;

R\$ 12.500.706,62 relativo à rentabilidade de aplicação de liquidez imediata. No entanto, desse montante, R\$ 831.526,84 corresponde ao valor real da receita orçamentária de Fundação. R\$ 11.669.179,78 foram indevidamente reconhecidos, pois corresponde a rentabilidade de recursos da compensação ativa.

2.1) TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS (II)

Transferências recebidas para a execução orçamentária intra OFFS
R\$ 2.556.763,00 (dois milhões e quinhentos e cinquenta e seis mil e setecentos e sessenta e três reais)

2.2) RECEBIMENTOS EXTRA-ORÇAMENTÁRIOS (III)

Inscrição de Restos a Pagar

Restos a pagar não processados

Houve inscrição de restos a pagar não processados inscritos no exercício no valor de R\$ **1.107.611,62** (um milhão, cento e sete mil e seiscentos e onze reais e sessenta e dois centavos).

Restos a pagar processados

Houve inscrição de restos a pagar uma vez que toda a despesa

empenhada, foi liquidada mas não paga no valor de **R\$ 17.741,88** (dezassete mil e setecentos e quarenta e um reais e oitenta e oito centavos), limite de saque com vinculação do pagamento, empenhos liquidados a pagar de consignações/retenções.

Valores Restituíveis

Compreendendo os valores de depósitos e cauções efetuados e recebidos pela entidade para garantia de contratos, bem como para direito de uso, exploração temporária de bens ou de natureza judicial, depósitos compulsórios e demais recursos vinculados, realizáveis no curto prazo correspondente ao valor de **R\$337.943.014,80** (trezentos e trinta e sete milhões e novecentos e quarenta e três mil e quatorze reais e oitenta centavos).

Saldo do exercício anterior

Observou-se um saldo de exercício anterior no valor de **R\$ 57.486.792,58** (cinquenta, sete milhões quatrocentos e oitenta e seis mil e setecentos e noventa e dois reais e cinquenta e oito centavos)

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS (VI)

Os recursos destinados a previdência social do Estado do Ceará – RPPS, resultaram no montante de **R\$ 26.027.608,56** (vinte e seis milhões, vinte e sete mil e seiscentos e oito reais e cinquenta e seis centavos), composto por valores vinculados e ordinários.

2.3) TRANSFERENCIAS CONCEDIDAS (VII) -> R\$ 0,00

2.4) PAGAMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS (VIII)

Pagamentos de restos a pagar não processados

Corresponderam ao montante de **R\$ 749.297,19** (setecentos, quarenta e nove mil e duzentos e noventa e sete reais e dezenove centavos), de restos a pagar não processados, **R\$ 638.247,21** (sessenta e três milhões e oitocentos e vinte e quatro mil e setecentos e vinte e um reais) restos a pagar não processados retidos

R\$ 111.049,98 (cento e onze mil e quarenta e nove reais e noventa e oito centavos).

Pagamentos de restos a pagar processados

Correspondeu ao valor de **R\$16.313,52** (dezasseis mil e trezentos e treze reais e cinquenta e dois centavos), contribuições ao RGPS.

Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados

Compreende os valores de depósitos e cauções efetuados e recebidos pela entidade para garantia de contratos, bem como para direito de uso, exploração temporária de bens ou de natureza judicial, depósitos compulsórios e demais recursos vinculados, realizáveis no curto correspondeu a **R\$ 375.894.300,07** (trezentos e setenta e cinco milhões e oitocentos e noventa e quatro mil e trezentos reais e sete centavos).

A divergência significativa entre os ingressos (R\$ 337.943.014,80) e os dispêndios (R\$ 375.894.300,07) de Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados, de R\$ 37.951.285,27, se deve à transferência, aos fundos, da compensação previdenciária ativa recebida de exercícios anteriores como ingresso extra-orçamentário, mas que estavam represadas ainda no exercício de 2023.

Saldo para o exercício seguinte

O saldo de caixa e equivalente de caixa correspondeu a **R\$ 37.074.484,42** (trinta e sete milhões e setenta e quatro mil e quatrocentos e oitenta e quatro reais e quarenta e dois centavos)

3. BALANÇO PATRIMONIAL

O Balanço Patrimonial é a demonstração contábil que evidencia a situação patrimonial da entidade pública, por meio de contas representativas do patrimônio

público.

Mediante sua observação, é possível conhecer qualitativa e quantitativamente a composição dos bens e direitos (ativos), das obrigações (passivos), e dos capitais, reservas e resultados acumulados (patrimônio líquido).

Por exigência dos novos modelos da Secretaria do Tesouro Nacional, convencionou-se que os ativos são segregados em circulante e não circulante, por outro lado, firmou-se que os passivos segregam-se também em circulante e não circulante. Por fim, são também apresentados o Patrimônio Líquido e o grupo de contas de compensação.

Podem -se utilizar as seguintes definições para analisar o Balanço Patrimonial:

Ativo - Compreende os recursos controlados pela entidade como resultado de eventos passados e do qual se espera que fluam futuros benefícios econômicos para a entidade.

Ativo Circulante - Compreende os ativos que atendam a qualquer um dos seguintes critérios: seja caixa ou equivalente de caixa; sejam realizáveis ou mantidos para venda ou consumo dentro do ciclo operacional da entidade; sejam mantidos primariamente para negociação; que tiverem a expectativa de realização até doze meses da data das demonstrações contábeis.

Ativo Não Circulante - Compreende os ativos realizáveis após os doze meses seguintes à data de publicação das demonstrações contábeis, sendo composto por ativo realizável a longo prazo, investimentos, imobilizado e intangível.

Passivo - Compreendem as obrigações presentes da entidade, derivadas de eventos passados, cuja liquidação se espera que resulte na saída de recursos da entidade capazes de gerar benefícios econômicos.

Passivo Circulante - Compreende as obrigações conhecidas e estimadas que atendam a qualquer um dos seguintes critérios: tenham prazos estabelecidos ou esperados dentro do ciclo operacional da entidade; sejam mantidos primariamente para negociação; tenham prazos estabelecidos ou esperados até doze meses após a data das demonstrações contábeis.

Passivo Não Circulante - Compreende as obrigações conhecidas e estimadas que não atendam a nenhum dos critérios para serem classificadas no

passivo circulante.

Patrimônio Líquido - É o interesse residual nos ativos da entidade depois de deduzidos todos os seus passivos.

Superávit Financeiro - Corresponde a diferença positiva entre o ativo financeiro e o passivo financeiro. Para fins de abertura de crédito adicional, operações de crédito a eles vinculadas, em cumprimento ao parágrafo 2º do artigo 43 da Lei nº 4.320/1964.

Ativo

Ativo Circulante e não circulante

Caixa e Equivalente de Caixa

Compreende o somatório dos valores em caixa e em bancos, bem como equivalentes, que representam recursos com livre movimentação para aplicação nas operações da entidade e para os quais não haja restrições para uso imediato, no valor de **R\$ 37.074.484,42** (trinta e sete milhões e setenta e quatro mil e quatrocentos e oitenta e quatro reais e quarenta e dois centavos)

O Estoque e almoxarifado correspondente a material de consumo correspondeu a **R\$ 43.382,95** (quarenta e três mil e trezentos e oitenta e dois reais e noventa e cinco centavos)

Demais VPD apropriar **R\$ 76.155,95** (setenta e seis mil e cento e cinquenta e cinco reais e noventa e cinco centavos), sequestros judiciais a regularizar

O Ativo Imobilizado de bens móveis, máquinas e equipamentos **R\$ 25.976,33**, bens de informática **R\$ 7.983,69**, móveis e utensílios **R\$ 22.871,23**, materiais culturais educacionais e de comunicação **R\$ 5.659,97**, além de veículos **R\$ 87.480,91** e outros bens móveis **R\$ 116.041,93**, atingiram o montante de **R\$ 266.014,06** (duzentos e sessenta e seis mil e quatorze reais e seis centavos) conforme dados do balancete.

A Ausência de registro de depreciação para os bens móveis no Balanço Patrimonial se deveu à dificuldade em se apurar as depreciações não lançadas de exercícios anteriores, à transição do sistema informatizado S2GPR para o SIAFE em 2022 e a transição da gestão entre o mandato anterior e o mandato atual.

Apenas no exercício de 2025 todas as depreciações foram apuradas e registradas na contabilidade, seccionando as depreciações acumuladas dos exercícios anteriores e do exercício corrente, exceto itens encontrados no registro escritural do patrimônio, cujo os valores monetários originais divergem dos valores apresentados nos seus respectivos termos de doação. Seus tombos são 158 a 181, 207(Equipamentos de informática), incluídos no SGBM sob total duvidoso de R\$ 2.471,42, tombos 148 a 157(Mobiliário geral)sob R\$ 512,56, tombos 001 e 002(veículos em geral)sob R\$ 75.626,52. Para isso, abrimos um processo no SUITE solicitando regularização dessa demanda.
NUP:46072.006097/2025-88.

Foram achados também, pela nossa gestão, bens móveis recebidos por doação e incorporados no registro escritural do patrimônio. Estes itens foram lançados na Contabilidade com valores monetários menores aos que estão apresentados no termo de doação e no registro escritural do patrimônio . Por causa disso, a atual gestão tentou lançar no SIAFE os valores restantes, mas o mesmo sistema não abriu essa possibilidade, indicando que os doadores ainda não efetuaram as baixas nos seus balanços patrimoniais. Diante dessa problemática, foi aberto um processo no SUITE para que os doadores regularizassem essa baixa. NUP: 46072.006145/2025-38.

Eles foram recebidos por doação um total avaliado em R\$ 11.315,86 de equipamentos de informática, uma central de ar condicionado no valor de R\$ 27.024,72, um veículo no valor de R\$ 27.097,38 e um total avaliado em R\$ 6.449,62 em mobiliário geral. Todas esses itens doados pela SEFAZ.

Foram recebidos por doação um total de R\$ 2.430,00 em mobiliário geral. Esses, doados pela ETICE. Porém, esse valor avaliado e registrado no SGBM é duvidoso pois o setor de patrimônio apresentou um termo de doação cujos valores de avaliação desses bens

doados não batem com os valores originais do SGBM.

Em 2025, foi aberto processo administrativo (NUP 46072.000021/2026-20) para que a Junta Comercial do Ceará - JUCEC, como órgão cedente do bem imóvel cedido à Fundação Cearaprev, realize a baixa desse bem da sua contabilidade para que seja possível sua incorporação ao Balanço Patrimonial da Cearaprev. O mesmo procedimento será adotado para os bens móveis cedidos.

Conta Contábil	Saldo Inicial	Débito	Crédito	Saldo Atual	D/ C
123110100 - MÁQUINAS, APARELHOS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS	25.976,33	0,00	0,00	25.976,33	D
123110199 - OUTRAS MÁQUINAS, APARELHOS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS	25.976,33	0,00	0,00	25.976,33	D
123110200 - BENS DE INFORMÁTICA	5.806,62	2.177,07	0,00	7.983,69	D
123110201 - EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS	5.806,62	2.177,07	0,00	7.983,69	D
123110300 - MÓVEIS E UTENSÍLIOS	16.090,91	6.780,32	0,00	22.871,23	D
123110301 - APARELHOS E UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS	10.989,00	0,00	0,00	10.989,00	D
123110302 - MÁQUINAS E UTENSÍLIOS DE ESCRITÓRIO	0,00	6.267,76	0,00	6.267,76	D
123110303 - MOBILIÁRIO EM GERAL	5.101,91	512,56	0,00	5.614,47	D
123110400 - MATERIAIS CULTURAIS, EDUCACIONAIS E DE COMUNICAÇÃO	5.659,97	0,00	0,00	5.659,97	D
123110405 - EQUIPAMENTOS PARA ÁUDIO, VÍDEO E FOTO	5.659,97	0,00	0,00	5.659,97	D
123110500 - VEÍCULOS	87.480,91	0,00	0,00	87.480,91	D
123110501 - VEÍCULOS EM GERAL	87.480,91	0,00	0,00	87.480,91	D
123119900 - DEMAIS BENS MÓVEIS	31.785,76	84.256,17	0,00	116.041,93	D
123119999 - OUTROS BENS MÓVEIS	31.785,76	84.256,17	0,00	116.041,93	D

Passivo

Passivo Circulante

Demais obrigações a curto prazo

A conta 'Demais obrigações a curto prazo', de R\$ 11.976.517,81, que representa 31,97% do total de passivo e patrimônio líquido, corresponde ao recurso da compensação previdenciária ativa que ingressou de forma extra-orçamentária e foi transferida no ano seguinte aos fundos administrados pela Fundação Cearaprev.

Resultados Acumulados

Superávits ou Déficits do Exercício

Registrou-se o superávit do exercício da Cearaprev, no montante de **R\$ 43.628.588,19** (quarenta e três milhões e seiscentos e vinte e oito mil, quinhentos e oitenta e oito reais e dezenove centavos). Registrou-se o superávit do exercício de exercícios anteriores - **R\$ 17.382.117,77** (dezessete milhões e trezentos e oitenta e dois mil e cento e dezessete reais e setenta e sete centavos), O valor negativo de **R\$ 762.950,85** a título de 'Ajustes de Exercícios Anteriores' compões-se da seguinte forma:

Baixa de materiais de consumo do exercício anterior de R\$ 93.382,78 para conciliação de saldos dos materiais de consumo em almoxarifado com o registro contábil.

Despesa de exercícios anteriores - DEA de R\$ 669.568,07 com serviço de tecnologia da informação e comunicação.

Total do Patrimonio Liquido **R\$ 25.483.519,57** (vinte e cinco milhões, quatrocentos e oitenta e três mil

e quinhentos e dezenove reais e cinquenta e sete centavos)

4. DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

A Demonstração das Variações Patrimoniais evidencia as alterações verificadas no patrimônio, as quais podem ser resultantes ou independentes de execução orçamentária, e indica o resultado patrimonial do exercício. Esse resultado patrimonial é apurado pelo confronto entre as variações patrimoniais aumentativas e diminutivas que permite ainda medir o quanto o serviço público ofertado promoveu de alterações quantitativas e qualitativas nos elementos patrimoniais.

Demonstração das Variações Patrimoniais está prevista no art. 104 da Lei Federal nº 4.320/64, que assim define esse demonstrativo:

“A Demonstração das Variações Patrimoniais evidenciará as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indicará o resultado patrimonial do exercício.”

Contudo, com o advento das NBCASP – Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, e de acordo com o MCASP – Manual

Nacional, o referido demonstrativo sofreu algumas alterações para o exercício de 2015, de forma a evidenciar as variações patrimoniais quantitativas e qualitativas.

Entende-se por variações patrimoniais quantitativas aquelas decorrentes de transações no setor público que aumentam ou diminuem o patrimônio líquido, e são divididas em Variações Patrimoniais Aumentativas e Diminutivas.

Entende-se por variações patrimoniais qualitativas aquelas decorrentes da execução orçamentária que consistem em incorporação e desincorporação de ativos, bem como incorporação e desincorporação de passivos.

VARIAÇÕES AUMENTATIVAS

As variações aumentativas somam-se R\$ **43.209.532,51** (quarenta e três milhões, duzentos e nove mil e quinhentos e trinta e dois reais e cinquenta e um centavos)

Contribuições

Contribuições sociais

As contribuições Registraram um valor de R\$ **4.250.053,42** (quatro milhões e duzentos e cinquenta mil e cinquenta e três reais e quarenta e dois centavos), contribuição do servidor - RPPS, contribuição de interveção no domínio econômico.

Exploração de Bens e Direitos e prestação de serviços

Compreende valor dos serviços administrativos do RPPS resultante em R\$ **23.899.319,84** (vinte e três milhões e oitocentos e noventa e nove mil e trezentos e dezenove reais e oitenta e quatro centavos), exploração e vendas bens, serviços.

Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras

Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras

Compreende o valor total das variações patrimoniais aumentativas decorrentes da remuneração do saldo diário dos depósitos existentes nos bancos, bem como aplicação de recursos de acordo com a rentabilidade média intrínseca dos títulos do tesouro, taxa de administração, **R\$ 12.500.706,62** (doze milhões e quinhentos mil e setecentos e seis reais e sessenta e dois centavos).

Transferências e Delegações Recebidas

Transferências Intragovernamentais

Compreende as variações patrimoniais aumentativas decorrentes das transferências financeiras relativas à execução orçamentária, e de bens e valores, referentes às transações intragovernamentais **R\$ 2.599.452,63** (dois milhões e quinhentos e noventa e nove mil e quatrocentos e cinquenta e dois reais e sessenta e três centavos)

VARIAÇÕES DIMINUTIVAS

As variações diminutivas somam-se **R\$ 24.897.125,22** (vinte e quatro milhões e oitocentos e noventa e sete mil e cento e vinte e cinco reais e vinte e dois centavos)

Pessoal e Encargos Remuneração a Pessoal

Compreende a remuneração do pessoal ativo civil abrangidos pelo RPPS, correspondente ao somatório das variações patrimoniais diminutivas com subsídios, vencimentos, saldos e vantagens pecuniárias fixas e variáveis estabelecidas, décimos terceiros e **R\$ 2.250.766,22** (dois milhões e duzentos e cinquenta mil e setecentos e sessenta e seis reais e vinte e dois centavos)

Encargos Patronais

Compreendem a contribuições previdenciárias - INSS, encargos patronais RGPS, no valor de **R\$ 289.683,26** (duzentos e oitenta e nove mil e seiscentos e oitenta e três reais e vinte e seis centavos)

Benefícios a Pessoal

Compreende os valores de auxílio alimentação - RGPS, benefícios **R\$ 43.527,39** (quarenta e três mil e quinhentos e vinte e sete reais e trinta e nove centavos)

Uso de materiais de consumo

Corresponde aos valores de combustíveis e lubrificantes no valor de **R\$ 44.157,05** (quarenta e quatro mil e cento e cinquenta e sete reais e cinco centavos) , Material para manutenção de veículo **R\$ 6.421,68** (seis mil e quatrocentos e vinte e um reais e sessenta e oito centavos), outros materiais **R\$ 70.038,51** (setenta mil e trinta e oito reais e cinquenta e um centavos), **totalizando o valor de R\$ 120.617,24** (cento e vinte mil e seiscentos e dezessete reais e vinte e quatro centavos) de materiais de consumo.

Uso de Material de Consumo

Compreende as variações patrimoniais diminutivas provenientes da prestação de serviços de terceiros – pessoa jurídica e diárias no valor de **R\$ 22.171,529,18** (vinte e dois mil e cento e setenta e um reais e cinquenta e três centavos)

5. DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

O Demonstrativo do Fluxo de Caixa indica quais foram as saídas e entradas de recursos no caixa durante o período e indica também o resultado desse fluxo. Este é segmentado em três grandes áreas: atividades operacionais, atividades de investimento e atividades de financiamento.

Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais (I)

Ingressos das Operações

Compreendem as receitas relativas às atividades operacionais. “Receita de Contribuições”, “Receita de serviços”, “Remuneração das Disponibilidades”, “Transferências Recebidas”, “Outras Receitas/Ingressos Operacionais” no total de **R\$ 381.149.857,68** (trezentos e oitenta e um milhões e cento e quarenta e nove mil e oitocentos e cinquenta e sete reais e sessenta e oito centavos).

Desembolsos das Operações

Compreendem as despesas relativas às “pessoal e demais despesas”, “Outros desembolsos operacionais” **R\$ 401.395.485,96** (quatrocentos e um milhões e trezentos e noventa e cinco mil e quatrocentos e oitenta e cinco reais e noventa e seis centavos).

Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos (II)

Desembolso

Aquisição de ativo não circulante **R\$ 90.523,93** (noventa mil e quinhentos e vinte e três reais e noventa e três centavos)

Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento (III)

GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA (I + II + III)

A Geração líquida de caixa e equivalente de caixa do período é o valor resultante dos saldos das rubricas, Fluxo de Caixa Líquido das Atividades Operacionais, Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos, Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento que somam **-R\$ 20.336.152,21** (vinte milhões e quatrocentos e doze mil e trezentos e oito reais e dezesseis centavos).

Caixa e equivalente de **Caixa Inicial R\$ 57.486.792,58** (cinquenta e sete milhões e quatrocentos e oitenta e seis mil e setecentos e noventa e dois reais e cinquenta e oito centavos)

Caixa e equivalente de **Caixa Final R\$ 37.074.484,42** (trinta e sete milhões e setenta e quatro mil e quatrocentos e oitenta e quatro reais e quarenta e dois centavos)

Variação do Caixa e Equivalente de Caixa do período

O saldo de **R\$ 20.412.308,16** (vinte milhões e quatrocentos e doze mil e trezentos e oito reais e dezesseis centavos) é resultante dos saldos de

caixa e equivalente de caixa inicial e final.

Na Conciliação Contábil-Financeira

Os saldos de caixa a regularizar, saída da caixa a regularizar **R\$ 76.155,95** (setenta e seis mil, cento e cinquenta e cinco reais e noventa e cinco centavos), saídas de caixa regularizadas, entradas de caixa a regularizar e entradas de caixa regularizadas no exercício de 2023 foram nulos.

Desta forma, a “Variação do Caixa equivalente de caixa ajustado do exercício” no valor de - **R\$ 20.336.152,21** (vinte milhões e trezentos e trinta e seis mil e cento e cinquenta e dois reais e vinte e um centavos), é resultante do confronto entre a “Variação do Caixa e Equivalente de Caixa do período” com as “entradas de caixa a regularizar” e “entradas de caixa regularizadas”.

A variação negativa do caixa e equivalente de caixa foi diretamente influenciada pela transferência, aos fundos, da compensação previdenciária ativa recebida de exercícios anteriores como ingresso extra-orçamentário, mas que estavam represadas ainda no exercício de 2023.

A DFC é elaborada pelo método direto e evidencia as movimentações ocorridas na conta Caixa e Equivalentes de Caixa, segregados nos fluxos das operações, dos investimentos e dos financiamentos.

Fortaleza 17 de junho de 2024

**FRANCISCO DE ASSIS
SILVA:21014884349**

Assinado de forma digital por
FRANCISCO DE ASSIS
SILVA:21014884349
Dados: 2024.06.26 14:39:46 -03'00'

Francisco de Assis Silva

Responsável pelo Setor Financeiro e Contábil da CEARAPREV